



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125498 - SC (2020/0079667-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : TAINA RAMOS (PRESO)
ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE DELANDREA - SC016358
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CORRÉU : FERNANDO DA SILVA DA ROSA
CORRÉU : MARCOS ANTONIO DA SILVA
CORRÉU : MARCIO REINALDO RAMOS
CORRÉU : JANETE DOS SANTOS
CORRÉU : WELTON LUIZ DE SOUZA
CORRÉU : PAULO RICARDO FERNANDES DANTAS
CORRÉU : VINICIUS NASCIMENTO ROSA
CORRÉU : CAROLINE ALVES CASTRO

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em habeas corpus, com pedido liminar, interposto por TAINA RAMOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n. 5000801-84.2020.8.24.0000.

Infere-se dos autos que a recorrente foi presa em flagrante, sob a acusação de prática do delito tipificado no art. 2º, § 2º e § 4º, inc. IV, da Lei n. 12.580/2013 (organização criminosa). A prisão foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou writ perante o Tribunal a quo, cuja ordem foi denegada em acórdão assim ementado (fls. 52/58):

HABEAS CORPUS - ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEI N. 12.850/13, ART. 2º, §§ 2º E 4º, INCISO IV) - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COM ESCOPO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA - INOCORRÊNCIA - COMPLEXIDADE DO FEITO E ELEVADO NÚMERO DE DENUNCIADOS - RAZOABILIDADE NA TRAMITAÇÃO - VARIADO NÚMERO DE INTERCORRÊNCIAS PROCESSUAIS, ALÉM DE RELEVANTES PROCEDIMENTOS DE CUNHO ADMINISTRATIVO - PROCESSO QUE NÃO FOI PARALISADO POR INÉRCIA DO ÓRGÃO ACUSATÓRIO OU DO JUÍZO - ORDEM DENEGADA.

No presente recurso, sustenta ilegalidade decorrente da existência de excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de

134 dias sem que a instrução tenha sido encerrada, sem causa que possa ser atribuída à defesa. Assinala do caráter excepcional da prisão cautelar, afirmando que a presente custódia encontra-se calcada em decisão carente de fundamento.

Requer, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura, para que possa a paciente responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se a Corte de origem, bem como o juízo de primeiro grau, a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator